

Termo de Referência 28/2024

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|---|--------------------------|--------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 28/2024 | 240123-LABORATORIO NAC. DE COMPUTACAO CIENTIFICA-RJ | VITOR DE SOUZA COLIMODIO | 06/01/2025 10:32 (v 1.1) |
| Status | PUBLICADO | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | | 01209.000257 /2024-73 |

1. Condições gerais da contratação

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1.1. Contratação de serviços de *controle de pragas e vetores urbanos, desinsetização e desratização, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários*, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QTD. ANUAL | VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL | |
|------|----------------|--------|------------------------------------|------------|------------------------|--------------|
| | | | | | UNITÁRIO | TOTAL |
| 1 | Desinsetização | 3417 | Aplicação (área interna 10.700 m²) | 4 | R\$ 2.250,00 | R\$ 9.000,00 |
| | Desratização | | Aplicação (área externa 11.000 m²) | | | |

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da *assinatura do contrato*, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e, observando a Orientação Normativa AGU nº 87, de 16/12/2024, desde que o valor anual não ultrapasse o limite da contratação direta estabelecido no inciso II do artigo 75 da referida norma, atualizado anualmente conforme o Art. 182 desta norma.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que durante o período de um ano estão previstas aplicações com periodicidade definida, com possibilidade de reforços e reaplicações, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando ser uma solução estratégica e econômica, uma vez que esse modelo evita gastos desnecessários com novos processos ou certames e proporciona condições ideais para a execução do serviço.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2.1. O objeto visa atender à necessidade de preservar a saúde pública e garantir a segurança sanitária nos ambientes da sede do Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), abrangendo o controle de baratas, traças, cupins, roedores e outras

pragas prejudiciais à saúde humana. Essa iniciativa está alinhada com as diretrizes do Serviço de Vigilância Sanitária e com as regulamentações ambientais e sanitárias vigentes, assegurando a conformidade legal e a proteção da saúde coletiva.

2.2. A manutenção do controle de pragas é fundamental para minimizar a proliferação de organismos nocivos nos espaços do complexo de edifícios do LNCC. Essa ação busca preservar a saúde e o bem-estar de visitantes, colaboradores, servidores e alunos da Instituição, evitando condições de trabalho insalubres e a propagação de doenças.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 01263896000164-0-000009/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023;
- III) Id do item no PCA: 118;
- IV) Classe/Grupo: 943 - Serviços de Saneamento e serviços similares;
- V) Identificador da Futura Contratação: 240123-21/2024.

3. Descrição da solução como um todo

3.1. A solução como um todo fundamenta-se nos princípios de essencialidade e habitualidade. A essencialidade é evidenciada pelos potenciais danos e prejuízos à integridade da saúde humana, enquanto a habitualidade se caracteriza pela necessidade permanente desse serviço, com as aplicações distribuídas durante o ano, imprescindível ao funcionamento diário da instituição.

3.2. A Contratada terá a responsabilidade de realizar uma pulverização abrangente em todos os pontos críticos primários, incluindo tubulações, caixas de esgoto e gordura, ralos de banheiros e outras áreas relevantes. Essa tarefa deverá ser executada utilizando-se exclusivamente produtos comprovadamente eficazes e adequados para atuação nestes locais.

3.3. Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de: insetos, aracnídeos, escorpiões e roedores. Além desses, nas áreas de arquivos e depósitos, deverão ser utilizados produtos para combater traças e cupins.

3.4. A Contratada deverá realizar, durante o período de garantia, todas as correções necessárias para eliminar eventuais ocorrências de insetos, pragas e roedores, sem qualquer custo adicional para a Contratante.

3.4.1. Este período de garantia deverá ser de 3 (três) meses.

Estudos Técnicos Preliminares

3.5. O planejamento formal habitual foi dispensado em razão da baixa complexidade e do baixo valor do objeto, em conformidade com o inciso I do Art. 14 da Instrução Normativa Seges/ME nº 58/2022 e com o Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Embora a elaboração do Estudo Técnico Preliminar tenha sido dispensada, foram definidos, a partir deste ponto, os requisitos básicos para garantir que a contratação atenda à demanda e possibilite a seleção da proposta mais vantajosa. Isso respeita, no que for pertinente, as diretrizes do Art. 9º da Instrução Normativa Seges/ME nº 58/2022, que orienta os elementos essenciais para sua elaboração.

Solução adotada

3.7. A solução para atender o LNCC é simplificada, sendo implementada pela empresa contratada mediante as aplicações previstas e com o especificado neste Termo de Referência que guiará o processo da contratação por dispensa de licitação, na forma eletrônica, fundamentada no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

Contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

3.8. Foram examinadas contratações similares realizadas (homologadas) por outros órgãos e entidades, utilizando consultas no PCNP do Portal do Governo Federal. Verificou-se a existência de diversas empresas aptas a fornecer o tipo de serviço de controle de pragas, o que evidencia a competitividade dos licitantes nas contratações públicas e que a Administração procede dessa forma na seleção da proposta técnica e economicamente mais vantajosa por dispensa de licitação.

3.8.1. Contratações similares pesquisadas:

a) Id contratação PNCP: 33787094000140-1-000543/2024, Data de divulgação: 12/12/2024, órgão: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), modalidade da contratação: dispensa, amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II, objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização/desinsetização em todas as áreas internas da Sede da Superintendência Estadual do IBGE no Piauí.

b) Id contratação PNCP: 33663683000116-1-001190/2023, Data de divulgação: 12/12/2024, órgão: Universidade Federal do Rio de Janeiro, modalidade da contratação: dispensa, amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II, objeto: serviço de controle de pragas urbanas, desinsetização e desratização na unidade.

c) Id contratação PNCP: 01263896000164-1-000030/2025, Data de divulgação: 10/12/2024, órgão: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, modalidade da contratação: dispensa, amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II, objeto: contratação de serviço de desinsetização e desratização.

d) Id contratação PNCP: 00402552000126-1-000608/2023, Data de divulgação: 09/12/2024, órgão: Comissão Nacional de Energia Nuclear, modalidade da contratação: dispensa, amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II, objeto: contratação de serviço de dedetização (baratas, mosquitos, traças e pequenos insetos), desratização e descupinização, no período de 12 (doze) meses, com garantia de três (03) meses.

e) Id contratação PNCP: 03204421000122-1-000370/2024, Data de divulgação: 09/12/2024, órgão: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), modalidade da contratação: dispensa, amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II, objeto: prestação de serviço de: 1) recargas e manutenção dos extintores contra incêndio, com reposição de peças (tais como mangueira, válvula e manômetros); 2) dedetização e controle de praga (baratas, formigas, ratos, cupins, etc.); e 3) retirada dos entulhos acumulados ao longo de diversos meses em local próximo ao setor de transportes desta regional.

Classificação de Serviços Comuns e Modalidade de Licitação

3.9. Segundo o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo instrumento vinculatório, com especificações usuais de mercado.

3.10. De acordo com o levantamento de mercado realizado neste tópico, nas contratações similares pesquisadas, o objeto do certame se enquadra como serviço comum. Portanto, será licitado por dispensa de licitação, em formato eletrônico, com base no inciso II, art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

3.10. Dado o contexto do objeto, de forma semelhante ao pregão como modalidade de licitação, será aplicado o critério de julgamento de menor preço (máximo aceitável), conforme previsto no inciso XLI do Art. 6º da Lei 14.133/2021, com base nas práticas observadas nas contratações deste Laboratório e nas contratações similares mencionadas anteriormente.

4. Requisitos da contratação

Padrões mínimos de qualidade

4.1. Nos termos da Resolução ANVISA RDC nº 622, de 9 de março de 2022, para a prestação destes serviços, a Contratada deverá estar devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente (conforme Art. 4º). Conforme a Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, esta autoridade é o Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

4.1.1. Após cada aplicação, a Contratada deverá fornecer ao LNCC comprovante de execução dos serviços (conforme Art. 19).

4.2. A Contratada deverá observar também as demais diretrizes e requisitos previstos nesta Resolução: responsabilidade técnica, instalações da empresa, manipulação e transporte dos produtos, inutilização e descarte das embalagens.

4.3. Os produtos a serem utilizados deverão:

a) Ser preparados e apropriados especificamente para cada local, sendo inócuos à saúde humana e não poderão provocar manchas nos locais de aplicação.

b) Ser de primeira qualidade, alto alcance de extermínio e que atendam às normas vigentes.

c) Estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde (MS) e permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

d) Ser permitidos pela Portaria nº 10, de 08 de março de 1985, e suas atualizações, da então Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária.

4.4. A Contratada deverá respeitar, no que couber, os parâmetros, diretrizes e regras estabelecidos na Portaria nº 10/85-MS/SNVS (atualizada), na Lei nº 6.360/1976, nas Resoluções ANVISA RDC nº 59, de 17 de dezembro de 2010, nº 682, de 2 de maio de 2022, nº 497, de 20 de maio de 2021, e nº 685, de 13 de maio de 2022, Portaria DISAD nº 10, de 15 de setembro de 1980, Portaria MS/ANVISA nº 09, de 10 de abril de 1987, na Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, e demais normas vigentes aplicáveis.

4.5. Sempre que possível, a desinsetização deverá ser realizada com uso de equipamentos que garantam maior produtividade, padrão de qualidade e menores impactos à saúde dos prestadores de serviços envolvidos, observada a Norma Regulamentadora nº 06, do Ministério do Trabalho e Emprego.

4.6. A desratização deverá ser realizada com emprego de raticidas que serão colocados em locais estratégicos, não acessíveis ao contato humano, e o produto a ser utilizado deverá ser inodoro, de eficácia comprovada e provocar a morte e ressecamento do animal, sem deixar odor.

Catálogo Eletrônico de Padronização

4.7. A Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, institui o Catálogo Eletrônico de Padronização e é obrigatória para órgãos e entidades da Administração Pública federal; entretanto, a contratação refere-se a serviços de controle de pragas ainda não contemplados pelos itens padronizados no catálogo, que atualmente incluem apenas água mineral natural, sem gás, café e açúcar.

Sustentabilidade

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá atender, conforme aplicável, aos requisitos de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (7ª edição, outubro de 2024), disponível no site da Advocacia-Geral da União (AGU).

Subcontratação

4.9. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a baixa complexidade do objeto e os baixos riscos identificados.

Vistoria

4.11. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.12. Embora não seja obrigatória, para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o fornecedor poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (24) 2233-6034 ou e-mail: secam@lncc.br.

4.13. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.14. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de execução

5.1. A execução dos serviços se dará em 04 (quatro) etapas com periodicidade trimestral. Haverá um acompanhamento permanente em conjunto com a fiscalização, sendo esta a ação que indicará a eventual necessidade de reforço e reaplicação dos produtos dentro das garantias.

5.1.1. A aplicação com periodicidade trimestral vem sendo realizada há vários anos nas dependências do LNCC e tem funcionado satisfatoriamente, tendo sido o suficiente para manter o controle de baratas, traças, insetos, roedores e pragas em geral, bem como de outros insetos prejudiciais à saúde humana.

5.1.2. Durante o período de garantia, a Contratada deverá realizar, sem custos adicionais, eventuais correções necessárias para eliminar pragas e roedores.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados na sede do LNCC, situada à Avenida Getúlio Vargas, 333, Quitandinha, Petrópolis/RJ, cuja área externa compreende aproximadamente 11.000 m² e cuja área interna conta com 253 salas, 1 biblioteca, 2 auditórios, 29 banheiros, totalizando aproximadamente 10.700 m².

5.3. Os serviços deverão ser preferencialmente realizados em finais de semana ou feriados, entre 8h e 17h, com agendamento prévio junto ao Contratante.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A primeira aplicação deverá ser executada em até 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.

5.5. As demais aplicações deverão ser executadas em até 15 (quinze) dias a partir da notificação do Contratante, por meio eletrônico.

Desinsetização

5.6. Para a realização dos serviços de desinsetização contra pragas, incluindo baratas, moscas, traças, percevejos, aranhas, formigas, larvas de mosquitos, escorpiões e outros insetos rasteiros, será necessário utilizar inseticidas classificados como de categoria toxicológica III. Esses inseticidas deverão ser desodorizados e apresentados nas formas líquida, em spray, em iscas, em pó ou em gel, conforme cada situação.

5.7. Deverá haver pulverização em todas as caixas sépticas da área externa, incluindo as garagens, ralos dos sanitários e das copas, rodapés internos de todas as paredes, áreas comuns e de circulação.

5.8. Aplicação de inseticida em gel para baratas e formigas em todas as mesas, bancadas, balcões, prateleiras e armários de todos os andares do conjunto de prédios que formam a sede do LNCC.

Desratização

5.9. Deverão ser dispostos cochos contendo raticida nas áreas externas e internas do complexo de edifícios que compõem a sede do LNCC.

5.10. Nas caixas de passagem, galerias de redes pluviais e esgotos, deverá ser aplicado raticida na forma de pó.

5.11. Em situações de infestação mais intensa, deverá ser empregado um método mais eficiente para o controle dos roedores.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não está obrigada a manter um preposto da empresa no local de execução do objeto, desde que esteja disponível por meios de comunicação, tais como telefone, e-mail ou videoconferência e possa comparecer mediante solicitação prévia da Contratante para atividades relacionadas ao objeto contratual.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.15.1. o prazo de validade;

7.15.2. a data da emissão;

7.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.15.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.15.5. o valor a pagar; e

7.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.18. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.19. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.29. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.29.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.30. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.31. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.32. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.33. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

8.2.1. A execução dos serviços se dará em 04 (quatro) etapas trimestrais, conforme mencionado no tópico 5.1. Adota-se o regime de execução por preço unitário, com pagamentos baseados na medição dos serviços executados.

8.2.2. A justificativa para a adoção do regime de execução por preço unitário baseia-se na Nota Explicativa 1 do tópico 8 do "Termo de Referência – Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão-de-Obra – Contratação Direta" (Atualização: Dezembro /2023) da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.21. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição - a ser realizada em campo próprio do sistema eletrônico, assinalando Termo de Aceitação, no cadastramento da proposta inicial, de acordo com o Aviso de Contratação Direta.

8.27. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.28. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.29. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação da Regularidade Cadastral junto à autoridade sanitária e/ou ambiental competente (Secretarias Estadual ou Municipal de Saúde, CONAMA/MMA, Inea etc.);

8.31. Apresentar Licença de Operação expedida pela Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;

8.32. Os saneantes domissanitários/desinfetantes a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente registrados na ANVISA, conforme a Lei Federal nº 6.360, de 1976, o Decreto nº 8.077, de 2013, e a RDC ANVISA nº 52, de 22 de outubro de 2009.

8.33. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Atestado de capacidade técnica, comprovando que a empresa já executou, em alguma empresa ou órgão/entidade, os serviços presentes no objeto desta contratação ou similar.

8.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.38. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.39.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 8.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta; e
- 8.39.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 9.000,00

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 9.000,00 (nove mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2.1. A dotação orçamentária que atenderá esta contratação somente será conhecida com a aprovação da Lei Orçamentária de 2025. O Elemento de Despesa desta contratação será: 33.90.39-78.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Membros da Equipe de Planejamento designados na Portaria nº 494/2024 (SEI 12343094):

VITOR DE SOUZA COLIMODIO

Membro Requisitante e Técnico



Assinou eletronicamente em 03/01/2025 às 16:41:06.

ALESSANDRO ROSENDO DE OLIVEIRA

Membro Administrativo



Assinou eletronicamente em 06/01/2025 às 10:30:33.